



Milena dos Santos Alonso

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CRÉDITO CONSIGNADO E ENDIVIDAMENTO DE  
APOSENTADOS E PENSIONISTAS: Um estudo no município de  
Naviraí (MS)**

Orientador: Prof. Dr. Victor Fraile Sordi

Naviraí-MS

2022



## CRÉDITO CONSIGNADO E ENDIVIDAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS: Um estudo no município de Naviraí (MS)

Milena dos Santos Alonso

### RESUMO

O crédito consignado se estabeleceu como importante fonte de crédito que alterou a condição e status dos idosos brasileiros, a partir de sua criação em 2003. Se por um lado a consignação facilitou o acesso ao crédito por pessoas antes a margem do sistema bancário, diminuindo as taxas de juros praticadas, por outro lado impulsionou o endividamento das pessoas idosas. Em Naviraí, Mato Grosso do Sul, município com população estimada em 56.484 pessoas, pouco se sabe sobre o nível de endividamento dos aposentados e pensionistas. Este estudo teve como objetivo caracterizar os aposentados e pensionistas usuários de crédito consignado do município de Naviraí. Para tanto, aplicou-se uma pesquisa quantitativa descritiva com cem (100) aposentados e pensionistas em uma agência bancária da cidade. Os resultados apontam que o aposentado e pensionista usuário de crédito consignado em Naviraí está na faixa etária de 61 a 80 anos, não é escolarizado e possui renda mensal de um a dois salários mínimos. Esses indivíduos são levados a contratar crédito consignado para pagar dívidas, para pagar despesas com saúde, para ajudar familiares, para pagar despesas com reformas e para compras diversas. Eles estão mais preocupados com os valores das parcelas e com os valores que sobram da aposentadoria/benefício, ou seja, com as suas necessidades imediatas.

**Palavras-chave:** Endividamento de idosos; Crédito consignado; Imediatismo; Educação financeira.



## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento da economia brasileira do início do século possibilitou a ascensão das classes populares, aumentando também o poder econômico das pessoas idosas. Até o início da década de 1990, a imagem social dos idosos no Brasil estava relacionada à pobreza e vulnerabilidade, o que lhes conferia pouca importância no cenário do mercado de consumo. Porém o aumento dos benefícios sociais trouxe mudanças importantes neste cenário (DOLL et al., 2021).

Dentre os benefícios sociais da época, o crédito consignado se estabeleceu como importante fonte de crédito que alterou a condição e status dos idosos brasileiros, a partir de sua criação em 2003. O crédito consignado surgiu em um contexto político no qual se buscava a criação do ambiente necessário ao crescimento da economia brasileira por meio da inserção de milhões de pessoas à margem do mercado consumidor, como era o caso dos idosos aposentados e pensionistas (CATALAN, 2013).

Essa modalidade de crédito trata-se de uma consignação de descontos para pagamentos de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social com taxas de juros reduzidas em relação às praticadas no mercado (DOLL et al., 2021). Se por um lado a consignação facilitou o acesso ao crédito por pessoas antes à margem do sistema bancário, diminuindo as taxas de juros praticadas, por outro lado impulsionou o endividamento das pessoas idosas.

Em abril de 2021, havia 10,7 milhões de pessoas acima de 60 anos inadimplentes. Os números mais recentes, de abril de 2022, mostram que a lista dos devedores nesta faixa etária ganhou 751.745 pessoas em um ano, chegando a 11,4 milhões de idosos inadimplentes (SERASA, 2022).

Além da facilidade de contratação e da intensa publicidade das instituições financeiras acerca da oferta do crédito consignado para aposentados e pensionistas, a literatura aponta diversos fatores influentes no endividamento deste público, dentre eles: (a) a influência e demandas de familiares e amigos (DOLL et al., 2021), (b) o ganho de autonomia desses idosos a partir da disponibilidade de crédito (DE SOUZA; MORETTO, 2014), (c) a manutenção do status social, (d) a falta de educação financeira (FLORES, VIEIRA, CORONEL, 2012), (e) os problemas de saúde associados à idade (DE SOUZA; MORETTO, 2014) e (f) a vulnerabilidade financeira relacionada à baixa renda domiciliar (DOLL et al., 2021).

Em Naviraí, Mato Grosso do Sul, município com população estimada em 56.484



pessoas, conforme o IBGE (2022), pouco se sabe sobre o nível de endividamento dos aposentados e pensionistas, e se os fatores e aspectos citados na literatura são aderentes à realidade da região. Neste sentido, este estudo objetiva caracterizar os aposentados e pensionistas usuários de crédito consignado do município de Naviraí.

Para tanto, aplicou-se uma pesquisa quantitativa descritiva com cem (100) aposentados e pensionistas em uma agência bancária da cidade, por intermédio de questionário aplicado *in loco*, durante o expediente da agência nos meses de julho e agosto de 2022. Os resultados apontam que o aposentado e pensionista usuário de crédito consignado em Naviraí está na faixa etária de 61 a 80 anos (88% dos respondentes), não são escolarizados (93% dos respondentes) e possuem renda mensal de 1 a 2 salários mínimos (95% dos respondentes). São levados a contratar crédito consignado para pagar dívidas (46%), para o pagamento despesas com saúde (19%), para ajudar familiares (16%), para pagar despesas com reformas (10%) e para compras diversas (3%). E estão preocupados com os valores das parcelas (60%) e com os valores que sobram da aposentadoria/benefício (29%).

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

As atuais “armadilhas” em nossa sociedade orientada ao consumo, como a facilidade de acesso a crédito, representam um constante perigo de endividamento, especialmente para pessoas idosas ou em situações de vulnerabilidade (DOLL et al., 2021).

A oferta de crédito consignado, uma modalidade criada em 2003 pela Lei 10.820/2003 e alterada pela Lei 10.953/2004, regulamentada pelos Decretos 4.840/03 e 5.892/06 (BRASIL, 2003), é direcionada às pessoas que recebem aposentadorias e/ou pensões através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A facilidade de contratação, o juro mais baixo e a publicidade altamente agressiva das instituições financeiras tornaram o crédito consignado um sucesso absoluto em números de contratos (DOLL et al., 2021). Segundo o INSS, em 2021 houve 40,5 milhões de pedidos de empréstimo consignado de aposentados e pensionistas (SENADO NOTÍCIAS, 2022).

Se por um lado a consignação facilitou o acesso ao crédito por pessoas antes a margem do sistema bancário, diminuindo as taxas de juros praticadas, por outro lado impulsionou o endividamento das pessoas idosas. Para Doll et al. (2022) o endividamento não pode ser reduzido a um problema individual de incompetência para lidar com suas finanças, mesmo existindo elementos individuais que explicam relações diferentes com o dinheiro.

Na literatura, os principais fatores influentes no endividamento deste público estão relacionados: (a) a influência e demandas de familiares e amigos (DOLL et al., 2021), (b) o ganho de autonomia desses idosos a partir da disponibilidade de crédito (DE SOUZA; MORETTO, 2014), (c) a manutenção do status social, (d) a falta de educação financeira (FLORES, VIEIRA, CORONEL, 2012), (e) os problemas de saúde associados à idade (DE SOUZA; MORETTO, 2014) e (f) a vulnerabilidade financeira relacionada à baixa renda domiciliar (DOLL et al., 2021).

Percebe-se que a questão financeira, dentre outros fatores, está ligada à saúde e à aposentadoria e, mesmo sendo uma renda limitada, é ela quem garante o mínimo de autonomia ao idoso (DE SOUZA; MORETTO, 2014). Os atrativos relacionados ao crédito consignado levam pessoas idosas a assumirem créditos para outras pessoas, muitas vezes familiares. Para Ássimos et al. (2018) este processo de “emprestar o nome” é bastante complexo por não só representar um ato de repassar uma vantagem financeira, mas também estar intimamente ligado às relações sociais, intrafamiliares e, muitas vezes, intergeracionais.

Segundo Doll et al. (2021), muitos idosos têm assumido o papel de provedores da família, mesmo que estejam dependentes de cuidados, invertendo a tradicional relação de dependência apontada pela literatura. Isso acontece, porque em vários domicílios brasileiros, conforme a PNAD (IBGE, 2022), são os aposentados e pensionistas idosos que contribuem com mais de 50% de suas rendas no orçamento doméstico, onde cerca de 90% deles indicam ser chefes ou cônjuges nestes domicílios. Camarano (2020) corrobora com estes dados sugerindo que a renda dos idosos era a única fonte de proventos em 18,1% dos lares brasileiros.

Flores, Vieira e Coronel (2012), sugerem que, dentre os fatores comportamentais/sociais que interferem no endividamento, há a influência da família sobre o comportamento do indivíduo, há também a forma como os pais lidam com o dinheiro, assim como o grau de escolaridade em relação à educação financeira e a como essa educação é abordada no convívio familiar.

Além das condições sociais existem fatores psicológicos, geralmente resultantes de processos educativos durante a trajetória de vida desses idosos, tais como valores, as formas de relação com bens materiais e com dinheiro, posturas como cautela ou confiança. Nesse contexto, há de se destacar o importante papel da mídia como elemento social nas relações de consumo e da obtenção de crédito para a compra de bens materiais (DOLL et al., 2022).

Com relação às estruturas familiares, os idosos provedores da renda familiar buscam preservar seu poder ou força em relação aos demais membros da família. Em alguns casos

os filhos recorrem a eles como uma maneira de financiar seus projetos, dívidas, necessidades, reforçando os laços de confiança na unidade familiar e corroborando com a importância da solidariedade financeira no âmbito familiar (DE SOUZA; MORETTO, 2014).

Ainda conforme os autores, no que diz respeito aos fatores psicológicos dos aposentados quanto à tomada de crédito, percebe-se que eles se sentem empoderados, principalmente quando emprestam dinheiro aos filhos. Outro fato interessante observado na pesquisa foi que esses idosos justificam a tomada de crédito por necessidade, afirmando que não gastaram de forma impensada ou inconsequente. Nas ocasiões em que tomaram o crédito para auxiliar os filhos e parentes, manifestam sentimento de obrigação para com eles, no sentido de apoio intergeracional. Os filhos representam, nas suas percepções, a extensão de suas vidas, a continuidade da família (DE SOUZA; MORETTO, 2014).

Doll et al. (2022) acrescentam a relação entre educação e endividamento como fundamentais no processo, já que pessoas com maior escolaridade possuem mais condições de compreender o complexo mundo financeiro e são capazes de escolher os melhores produtos para si. Os autores sugerem também a íntima relação entre renda e endividamento, já que pessoas com menos recursos possuem uma margem menor de lidar com suas despesas e possuem menos condições de reagir frente a eventos custosos que podem aparecer na vida como doença, desemprego ou acidente.

De Souza e Moretto (2014) concluem que, embora os motivos para a aquisição de crédito dos idosos estejam relacionados a diversos fatores e que a situação econômica da família tem peso significativo, a possibilidade de tomar ou assumir o crédito parece garantir a sua autonomia. E por essa autonomia, os idosos estão propensos a correr riscos e a se endividar.

Recentemente, duas ações governamentais incoerentes entre si, buscam alterar as regras do crédito consignado. Por um lado, a recente aprovação da Lei 14.181/2021 (BRASIL, 2021) foi um passo importante no campo jurídico em relação à prevenção e tratamento do superendividamento. Já que prevê que seja preservado o valor de 25% do salário mínimo para subsistência do cidadão na negociação de dívidas. Por outro lado, o Projeto de Lei 4367/21 visa retomar até 31 de dezembro de 2022 a ampliação da margem de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de 35% para 40% do valor do benefício. O projeto altera dispositivos da Lei 14.131/21 ampliando o percentual da margem de consignação (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

### **3 METODOLOGIA**



Visando alcançar o objetivo proposto de caracterizar os aposentados e pensionistas usuários de crédito consignado do município de Naviraí, optou-se pela operacionalização de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, aplicando-se um questionário a uma amostra de cem (100) indivíduos aposentados ou pensionistas usuários de crédito consignado em uma agência bancária no município de Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul, onde as respostas foram analisadas qualitativamente e quantitativamente à luz das evidências disponíveis na literatura.

Uma pesquisa de abordagem quantitativa é aquela em que se coletam e analisam dados quantitativos sobre determinadas variáveis (PITA FERNÁNDEZ; PÉRTEGAS DÍAZ, 2002). As pesquisas descritivas visam a descrição das características de determinada população. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma das características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário (GIL, 2008).

Sendo assim, neste estudo, descreveu-se a amostra de respondentes por intermédio de variáveis quantitativas acerca da contratação de crédito consignado e variáveis socioeconômicas. Para a coleta de dados utilizou-se questionário digital do tipo fechado, na ferramenta Google Forms (APÊNDICE I). Porém, o preenchimento foi feito pelos pesquisadores *in loco*, com a utilização de smartphones, na presença dos participantes, visto a dificuldade natural neste estrato da população em lidar com tecnologias e dispositivos eletrônicos.

Foram utilizados dados primários coletados diretamente dos respondentes. Tendo a responsabilidade de garantir a fidelidade das informações. Os questionários fechados são bastante objetivos e requerem um menor esforço por parte dos sujeitos respondentes (GIL, 2008).

A amostragem utilizada foi não probabilística por conveniência (GIL, 2008). Buscou-se durante o expediente na agência bancária, identificar os idosos aposentados e pensionistas usuários de crédito consignado com disponibilidade em participar da pesquisa. A coleta de dados foi feita nos meses de julho e agosto de 2022. 108 questionários respondidos foram observados, destes 100 foram válidos. Com todas as respostas e sem inconsistências.

Os dados coletados foram analisados através de estatística descritiva simples (frequência e percentuais). Tabulou-se os dados com utilização do Excel (Pacote Office). Distribuiu-se as frequências e os percentuais de cada questão, cruzando algumas variáveis com

dados socioeconômicos. Na discussão dos resultados utilizou-se o contraste com a literatura disponível sobre a temática.

#### 4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados sugerem que a amostra participante da pesquisa, constituída por aposentados e pensionistas usuários de crédito consignado em uma agência bancária de Naviraí, possuem características socioeconômicas relativamente homogêneas (Tabelas 1, 2 e 3). O perfil da amostra são de idosos de 61 a 80 anos (88% dos respondentes), não escolarizados (93% dos respondentes) e com renda mensal de 1 a 2 salários mínimos (95% dos respondentes).

**Tabela 1: Faixa etária da amostra**

Variável	Alternativas	Frequência	%
Faixa Etária	De 51 anos a 60 anos	1	1%
	De 61 anos a 70 anos	38	38%
	De 71 anos a 80 anos	50	50%
	Acima de 80 anos	11	11%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme a Tabela 1, 38% da amostra tem entre 61 e 70 anos e 50% da amostra de 71 a 80 anos. Somente 1 participante tem menos de 60 anos e 11% dos participantes tem mais de 80 anos de idade. É natural que a maioria dos aposentados e pensionistas participantes estejam em faixas etárias acima de 60 anos, já que a atual idade mínima para os benefícios é de 65 anos de idade e 15 anos de contribuição para os homens e de 62 anos de idade e 15 anos de contribuição para as mulheres (PREVIDÊNCIA, 2022).

**Tabela 2: Escolaridade da amostra**

Variável	Alternativas	Frequência	%
Escolaridade	Não estudei	93	93%
	Fundamental incompleto	3	3%
	Fundamental completo	3	3%
	Médio completo	1	1%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme a Tabela 2, 93% da amostra afirma não ter estudado. 3% afirmam ter o fundamental incompleto, 3% o fundamental completo e apenas um participante afirma ter o médio completo. A escolaridade é um dos fatores influentes no endividamento de idosos para Flores, Vieira e Coronel (2012), já que está envolvido diretamente com educação financeira e com o discernimento na tomada de decisões financeiras.

**Tabela 3: Renda mensal da amostra**

Variável	Alternativas	Frequência	%
Renda mensal	De 1 a 2 salários mínimos	95	95%
	De 2 a 4 salários mínimos	5	5%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme a Tabela 3, 95% da amostra afirma ter uma renda mensal de 1 a 2 salários mínimos. Apenas 5% da amostra afirma ter uma renda mensal de 2 a 4 salários mínimos. A renda é outro fator importante no endividamento de aposentados e pensionistas conforme Doll et al. (2022). Quanto menor a renda e o poder de compra dos aposentados, mais suscetíveis estarão a tomada de empréstimos e financiamentos e ao endividamento. Os dados dispostos na Tabela 4 corroboram com os autores. A maioria (46%) da amostra de respondentes afirma ter contratado crédito consignado para pagar dívidas.

**Tabela 4: Motivos para a contratação do consignado**

Variável	Alternativas	Frequência	%
Motivação	Pagar dívidas	46	46%
	Saúde	19	19%
	Ajuda a familiares	16	16%
	Reformas	10	10%
	Compras	3	3%
	Outros	6	6%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme a Tabela 4, os principais motivos para a contratação de crédito consignado, de acordo com os participantes da pesquisa, são: para pagar dívidas (46%), despesas com saúde (19%), para ajudar familiares (16%), despesas com reformas (10%) e para compras diversas

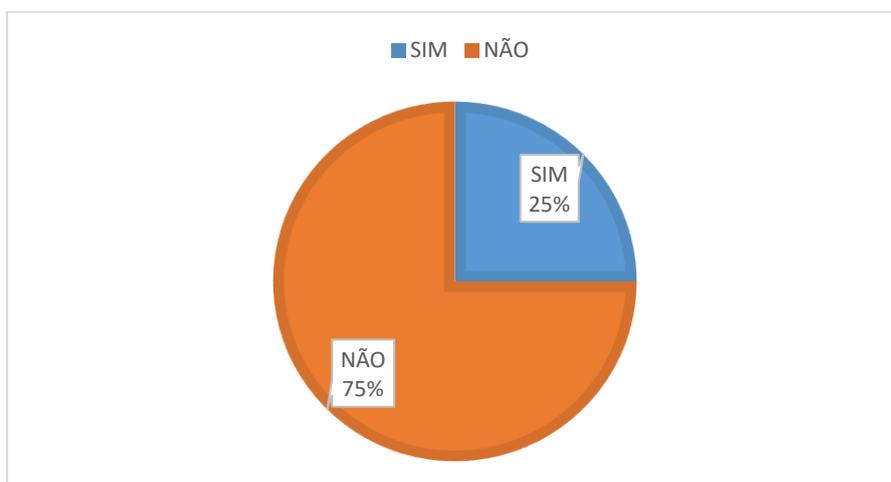
(3%). Como a amostra de respondentes majoritariamente possuem uma renda de até dois salários mínimos, é natural que necessitem de crédito para satisfazerem as demandas financeiras mensais do lar, além de eventuais despesas imprevistas com eventos custosos que podem aparecer na vida, como doença, desemprego ou acidente (DOLL et al., 2022). O mesmo pode se aplicar a reformas e compras diversas.

Os idosos pela idade avançada, também possuem maiores gastos com saúde. Com rendas menores, tendem a necessitar de crédito para comprar remédios, pagar tratamentos, consultas e outros procedimentos médicos (TAI; PELIZZA; AZEVEDO, 2019).

Conforme sugerem trabalhos anteriores como o de De Souza e Moretto (2014), a ajuda aos familiares também é um dos principais motivos de contratação de crédito consignado, pela amostra de respondentes. De acordo com Ássimos et al. (2018), isso pode estar relacionado ao processo em que os idosos provedores assumem créditos para familiares por sentimento de obrigação e/ou de empoderamento. Este processo de “emprestar o nome” é bastante comum e está intimamente ligado às relações sociais, intrafamiliares e intergeracionais.

Para essas demandas diversas, muitas vezes os usuários de crédito consignado acabam utilizando toda a sua margem consignável, ou seja, todo o percentual disponível de seus benefícios para a contratação de crédito (pagamento de parcelas), que hoje é de 35% e conforme supracitado, pode subir para 40% (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022). Porém, conforme o Gráfico 1, somente 25% dos participantes da pesquisa indicam estar utilizando toda a sua margem consignável.

**Gráfico 1: Utilização de toda margem consignável**



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A maioria dos respondentes, conforme o Gráfico 1, afirma não estar utilizando toda a sua margem consignável. No entanto, conforme a Tabela 5, ao serem questionados sobre qual é o nível de utilização de margem consignável, muitos deles não souberam responder (29%).

**Tabela 5: Nível de utilização de margem consignável**

Variável	Alternativas	Frequência	%
Nível de utilização de margem consignável	Não souberam responder	29	29%
	= ou < 10%	4	4%
	Entre 10% e 19%	14	14%
	Entre 20% e 29%	31	31%
	= ou > 30	22	22%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

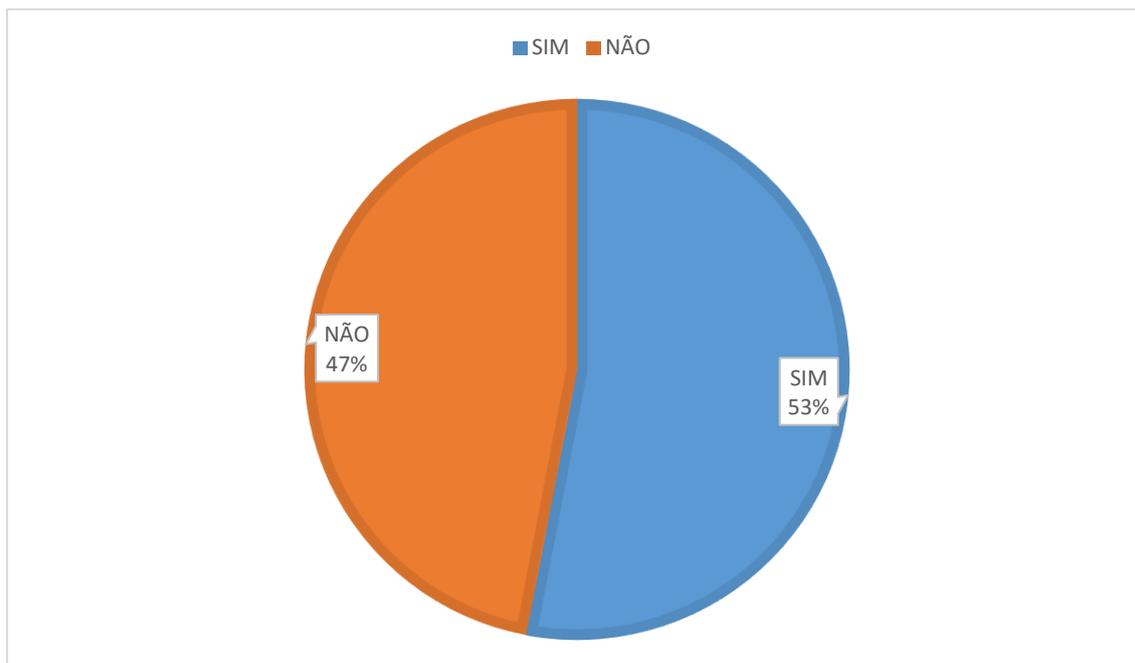
Apenas 4% da amostra de respondentes afirma estar utilizando 10% ou menos de margem consignável. 14% afirmam estar utilizando entre 10 e 19% de margem. A maioria, 53%, afirma estar utilizando 20% ou mais de margem consignável. Sendo que, 22% afirmam estar utilizando mais de 30% de margem.

Como na questão anterior sobre utilização total da margem, 25% afirmaram estar utilizando toda sua margem consignável, essas incoerências podem indicar dificuldades na estimativa de margem ou mesmo dificuldades no pensamento matemático, relacionado a percentuais. Salienta-se que a amostra possui baixa escolaridade e essas dificuldades são compreensíveis.

Durante a aplicação do questionário, a autora/pesquisadora buscou fornecer informações complementares para mitigar esses possíveis mal-entendidos ou dificuldades de estimativa por parte dos participantes. Porém, evidencia-se que o baixo nível de escolaridade pode afetar até mesmo as estimativas e controles de tomada de empréstimos, o que pode favorecer o endividamento.

Neste mesmo cenário, conforme o Gráfico 2, a maioria dos respondentes pretendem aumentar sua margem consignável (53%), enquanto 47% não pretendem aumentar essa margem.

**Gráfico 2: Pretensão em aumentar sua margem consignável**



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com a Tabela 6, a preocupação destes aposentados e pensionistas ao contratarem crédito consignado está concentrada muito mais nos valores das parcelas (60%) e nos valores que sobram da aposentadoria/benefício (29%), do que no montante a ser pago ou na taxa de juros praticada pela instituição financeira.

Isso pode revelar uma preocupação maior em satisfazer suas necessidades imediatas e uma menor preocupação com o futuro ou demandas de longo prazo, já que a taxa de juros ou o total pago na operação de crédito estão em segundo plano para a maioria da amostra.

**Tabela 6: Preocupação na contratação do crédito consignado**

Variável	Alternativas	Frequência	%
Foco da preocupação na contratação	Valor da parcela	60	60%
	Valor que sobra da aposentadoria	29	29%
	Montante (total) a ser pago	11	11%
	Taxa de juros	0	0%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Essa preocupação com o curto prazo aumenta em indivíduos idosos, visto que a sensação de horizonte de tempo de vida é menor do que nos indivíduos jovens e que a propensão ao endividamento é maior para aqueles que estão inclinados a resolver suas necessidades imediatas a qualquer custo (DE SILVEIRA; DOLL, 2021).

Em síntese, os resultados revelam que estes aposentados e pensionistas usuários de crédito consignado estão suscetíveis ao endividamento. Dentre os fatores observados que mais interferem neste processo estão as características socioeconômicas como a baixa escolaridade e o baixo nível de renda, as preocupações focadas no curto prazo e nas necessidades imediatas (valor da parcela e quanto sobra da aposentadoria/benefício) e nas principais motivações para a contratação de crédito que se concentram majoritariamente no pagamento de dívidas, nos gastos com saúde e na ajuda a parentes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou caracterizar os aposentados e pensionistas usuários de crédito consignado do município de Naviraí. Aplicou-se uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, aplicando-se um questionário a uma amostra de cem (100) indivíduos aposentados ou pensionistas usuários de crédito consignado em uma agência bancária no município de Naviraí.

O perfil da amostra foi de idosos de 61 a 80 anos (88% dos respondentes), não escolarizados (93% dos respondentes) e com renda mensal de 1 a 2 salários mínimos (95% dos respondentes). Os principais motivos para a contratação de crédito consignado, de acordo com os participantes da pesquisa, são: para pagar dívidas (46%), despesas com saúde (19%), para ajudar familiares (16%), despesas com reformas (10%) e para compras diversas (3%).

A preocupação destes aposentados e pensionistas ao contratarem crédito consignado está concentrada muito mais nos valores das parcelas (60%) e nos valores que sobram da aposentadoria/benefício (29%), do que no montante a ser pago ou na taxa de juros praticada pela instituição financeira. Isso pode revelar uma preocupação maior em satisfazer suas necessidades imediatas e uma menor preocupação com o futuro ou demandas de longo prazo, já que a taxa de juros ou o total pago na operação de crédito estão em segundo plano para a maioria da amostra.

Os fatores observados que mais interferem no processo de endividamento são as características socioeconômicas como a baixa escolaridade e o nível de renda, as preocupações



focadas no curto prazo e nas necessidades imediatas (valor da parcela e quanto sobra da aposentadoria/benefício) e as principais motivações para a contratação de crédito que se concentram, majoritariamente, no pagamento de dívidas, nos gastos com saúde e na ajuda a parentes.

O estudo possui limitações quanto ao tipo de amostragem e tamanho da amostra. No entanto, considera-se que para o objetivo do estudo e o avanço na caracterização deste público no município de Naviraí, a metodologia utilizada é válida e os resultados são úteis. Estudos com amostras mais robustas, que se concentrem em outros aspectos importantes deste fenômeno de endividamento, neste estrato populacional, serão imprescindíveis para o avanço do conhecimento e para futuras ações que visem auxiliar e educar esses indivíduos.

## REFERÊNCIAS

ÁSSIMOS, Bruno Medeiros et al. O consumo de crédito como expressão da dívida sob a perspectiva de idosos de baixa renda. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 6, p. 914-930, 2018.

BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2021/lei/L14181.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/L14181.htm)> Acesso em: 22 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto estende prazo da ampliação no consignado para os aposentados**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/852194-projeto-estende-prazo-da-ampliacao-no-consignado-para-os-aposentados/>> Acesso em: 22 ago. 2022.

CAMARANO, Ana Amélia. Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4169-4176, 2020.

DA SILVEIRA, Michele Marinho; DOLL, Johannes. QUALIDADE DE VIDA E SIGNIFICADO DO DINHEIRO PARA IDOSOS EM SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO. **Revista Valore**, v. 6, p. 4-18, 2021.

DE SOUZA, Bruna Osvald; MORETTO, Cleide Fátima. Entre a razão e a emoção: a tomada de crédito consignado pelos idosos. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 11, n. 1, 2014.

DOLL, Johannes et al. ENDIVIDAMENTO DE PESSOAS IDOSAS NO RIO GRANDE DO SUL: PRINCIPAIS FATORES DE RISCO. **Revista Valore**, v. 6, p. 19-37, 2021.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008



IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques> .> Acesso em: 22 ago. 2022.

PREVIDÊNCIA. **Solicitar Aposentadoria por Idade para Trabalhador Urbano.**

Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-aposentadoria-por-idade-trabalhador-urbano> > Acesso em: 22 ago. 2022.

PITA FERNÁNDEZ, Salvador; PÉRTEGAS DÍAZ, Sonia. Investigación cuantitativa y cualitativa. **Cad Aten Primaria**, v. 9, p. 76-78, 2002.

SENADO NOTÍCIAS. MP estende crédito consignado a beneficiários do Auxílio Brasil e do BPC. **Agência Senado**. Disponível em:

<[https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/18/mp-estende-credito-consignado-a-beneficiarios-do-auxilio-brasil-e-do-bpc#:~:text=Segundo%20o%20INSS%2C%20em%202021,era%20de%2030%25%20da%20remunera%C3%A7%C3%A3o](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/18/mp-estende-credito-consignado-a-beneficiarios-do-auxilio-brasil-e-do-bpc#:~:text=Segundo%20o%20INSS%2C%20em%202021,era%20de%2030%25%20da%20remunera%C3%A7%C3%A3o.) .> Acesso em: 22 ago. 2022.

SERASA. **Mapa da Inadimplência no Brasil.** 2022. Disponível em:

<<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>>. E-Book. Acesso em: 27 de agosto de 2022.

TAI, Luciana Yeung Luk; PELIZZA, Felipe; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Como a assimetria regulatória vêm impactando o mercado da saúde suplementar, e a oferta de produtos por parte das operadoras. **Trabalho de Conclusão de Curso.** 2019.



## APÊNDICE I

-Questionário:

1- Você recebe aposentadoria ou pensão nesta instituição?

*Pergunta informal: Você recebe aposentadoria ou pensão aqui conosco?*

( ) Sim

( ) Não

2- Você possui algum crédito consignado?

*Pergunta informal: Você tem algum empréstimo descontado na sua aposentadoria?*

( ) Sim

( ) Não

3- Se sim, qual foi o objetivo para a contratação desse crédito/empréstimo?

R:

4- Você utiliza toda a sua margem consignável?

*Pergunta informal: Você ainda consegue fazer mais empréstimos?*

( ) Sim

( ) Não

5- Se não, quanto aproximadamente você acha que ocupa dessa margem?

R:

6- Se você pudesse aumentar a sua margem consignável hoje, você aumentaria ?

*Pergunta informal: Se você pudesse conseguir mais empréstimos você faria?*

( ) Sim

( ) Não

7- Na hora de tomar um crédito consignado, o que você observa ?



- Taxa de juros
- Valor da parcela
- Montante a ser pago no final
- Valor que sobra da minha aposentadoria/pensão

Outro: \_\_\_\_\_

8 - Qual a sua idade?

- De 18 a 30 anos
- De 31 a 50 anos
- De 51 a 60 anos
- De 60 a 70 anos
- De 70 a 80 anos
- Acima de 80 anos

9 - Qual a sua escolaridade?

- Não estudei
- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduação - Especialização
- Pós-graduação - Mestrado e Doutorado

10 - Qual a sua renda mensal?

- nenhuma renda
- de 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 1.212,00 até R\$ 2.424,00)
- de 2 a 4 salários mínimos (de R\$ 2.424,00 até R\$ 4.848,00)
- de 4 a 6 salários mínimos (de R\$ 4.848,00 até R\$ 7.272,00)



- ( ) de 6 a 8 salários mínimos (de R\$ 7.272,00 até R\$ 9.696,00)
- ( ) de 8 a 10 salários mínimos (de R\$ 9.696,00 até R\$ 12.120,00)
- ( ) acima de 10 salários mínimos (acima de 12.120,00)